

Os arquivos e a informatização:

Um comentário

TOMÁS LIMA

O Estado tem menosprezado praticamente por completo os nossos arquivos. Assistimos a um claro desprezo por tudo o que é património cultural, ou como alguns preferem dizer, herança cultural. Sobretudo a partir do momento em que os bens da Igreja — conventos e seus recheios — foram espoliados, o Estado começou a ficar perplexo, pois viu-se, de repente, na posse de imóveis e móveis — peças museológicas e espécies bíblicas e arquivísticas — alguns dos quais sem saber o que lhes fazer. Isto foi, claro, muito mais nítido naquilo a que se costumava chamar e ainda hoje se apelida de papéis velhos. Também, neste particular, fomos afectados com a perseguição e expulsão dos Jesuítas pelo Marquês do Pombal e subsequentes dos religiosos por Joaquim António de Aguiar e Afonso Costa. Muitos dos papéis velhos, nessa época, perderam-se irremediavelmente. E ficaríamos felizes se parássemos por aqui. Mas não, pois o Estado continua ainda perplexo, não sabendo o que fazer e também não consegue ouvir aqueles que, como nós, profissionais, chamamos a atenção, por vezes violentamente — nem poderia ser de outro modo — para o estudo do nosso património. Neste contexto, ainda se pode fazer uma certa gradação de atenção por parte do Estado. Assim, talvez possamos dizer que há uma tentativa de mais atenção, actualmente, para com o património arquitectónico, mesmo para com os museus e bibliotecas. Mas quanto aos arquivos o desprezo é na prática quase total. Ainda hoje se encontram a maior parte dos arquivos do Estado, abandonados ou carenciados de meios elementares, mesmo aqueles que estão autonomamente instituídos, por exemplo, o Arquivo Nacional ou os Arquivos Distritais. Quanto aos arquivos inseridos noutros organismos, como os Ministérios, a esses o Estado ainda vota maior desprezo. Assim, não tem o Estado autoridade moral para impor que autarquias, empresas públicas e muito menos entidades privadas, cuidem dos seus arquivos e mesmo os salvaguardem.

A informática nos arquivos não poderia ser excepção. Pois se estão maioritariamente abandonados, nem sequer muitos deles têm toda a documentação com inventários, como se poderá falar de arquivos e informatização? Eu sei e todos sabemos que, como diz o adágio «o carro não pode ir à frente dos bois». Temos primeiramente que criar infra-estruturas, conseguir mais edifícios, preparar e recrutar técnicos, higienizar

U e seleccionar documentos, tratar arquivisticamente as espécies elaborando instrumentos de pesquisa como inventários e índices vários, fazer restauro, microfilmar ou mesmo avançar para o disco óptico. Mas também informatizar. Sabendo embora que a informática não é uma varinha de condão, podemos, desde já, aproveitá-la para os documentos tratados. Devemo-nos preparar para isso. Não se admite que se fale em informática apenas quando se trata de bibliotecas e serviços de documentação. Infelizmente, mesmo em revistas ou colóquios e encontros especializados, os escritos ou palestras, respectivamente, apenas se debruçam sobre automação naqueles serviços. É tempo de se começar a nos sensibilizarmos de que a informática documental também serve para os nossos arquivos. Em Portugal, não conheço ainda nenhuma experiência, neste domínio, em arquivos ditos definitivos. No estrangeiro, no entanto, há já experiências. Aqui mesmo, na vizinha Espanha, foi iniciado um trabalho de informatização progressiva, de alguns milhões de documentos, no Arquivo Geral da Índias, aproveitando a movimentação que se gerou à volta das comemorações da descoberta da América. E nós não poderíamos também, paralelamente, beneficiar das comemorações das nossas descobertas, nomeadamente do caminho marítimo para a Índia, que agora se realizam entre nós? Penso que sim. Não será que, para uma correcta gestão do património arquivístico nacional, não deveríamos aproveitar os faustos comemorativos para deles ficar alguma coisa para além dos simples festejos? Seria muito bom que, pelo menos, se iniciasse um estudo neste campo, a saber, a informática documental aplicada aos arquivos. Assim, seria importante um diálogo entre informáticos e arquivistas, avançando-se com experiências pontuais, compatíveis com um plano arquivístico nacional de modo a constituir-se, dentro de algum tempo, bases nacionais de dados arquivísticos.

As gerações que depois de nós vierem, merecem que não deixemos tudo por fazer. E há sinais de que se revive um entusiástico interesse pelo nosso passado, referido necessariamente ao presente e projectado no futuro. O homem, como que procurando situar-se, chama pelas suas raízes, sendo a história sempre dos vivos. Procura-se uma identidade. Daí um grande interesse, por parte de investigadores, pelos arquivos. A eles acorrem gentes das mais diversas profissões e, curiosamente, verifica-se um aumento de interesse por parte dos mais jovens. Por isso a necessidade de que os arquivos não parem de lutar e não deixem de se equipar com os meios mais actualizados de recuperação da informação.